

Pronunciamento da Advogada-Geral da União, Grace Mendonça, proferido em 29/3/2017 durante Sessão Solene da Câmara dos Deputados, em homenagem à Advocacia Pública

Após tantos registros de reconhecimento pelo trabalho árduo desempenhado pelos integrantes da Advocacia-Geral da União, pouco resta pra mim aqui nesta fala. Gostaria inicialmente de registrar o mais sincero agradecimento, em nome da Advocacia-Geral da União, pela iniciativa em relação a essa sessão solene em homenagem justa ao dia em que se comemora o Dia Nacional da Advocacia Pública, essa Função Essencial à Justiça, que vem buscando cumprir sua função constitucional em prol do Estado Democrático de Direito, do fortalecimento das Instituições, mas, acima de tudo, em prol do cidadão brasileiro.

Esse momento em que vivemos hoje na Advocacia-Geral da União, em que muitas conquistas passaram por esta Casa Legislativa e eu não pude deixar de ouvir com muita atenção a gratidão registrada pelos nossos representantes, das nossas associações, mas também a própria referência feita aqui por parlamentares em relação a todo o esforço institucional que vem sendo efetivamente trabalhado dentro da nossa Casa no sentido do fortalecimento da nossa Advocacia-Geral da União.

Atuamos desde causas em que se envolve o interesse de uma ação política específica do Executivo, como, também ações do Conselho Federal de Justiça, ações do Tribunal de Contas da União e ações desta Casa Legislativa e nós tivemos a grata satisfação de ter de maneira muito clara o reconhecimento dessa missão nossa institucional, ou seja, é hoje a Advocacia-Geral da União que representa com exclusividade a Câmara dos Deputados em juízo, então aqui fica também o agradecimento ao Deputado e Presidente desta Casa, Rodrigo Maia que reconhece expressamente a nossa missão constitucional. Representamos os Três Poderes da República.

E a pergunta que se faz a todos nós e aqui fala também para colegas porque integro uma das carreiras da Advocacia-Geral da União, também sou Advogada Pública de carreira, também tenho alegria de integrar essa Casa e a pergunta que se faz é como desenvolver um trabalho de eficiência, integrado, qualificado que disponibilize efetivamente a sociedade brasileira, os resultados que ela tanto anseia sem que tenhamos entre nós, carreiras que efetivamente trabalham na Advocacia-Geral da União, uma atuação mais integrada?

Aqui, aproveito para fazer o seguinte registro, só no ano passado a atuação dos Advogados da União, carreira que integra a Advocacia-Geral da União e que defende a Administração Pública Direta em juízo, economizou algo em torno de R\$ 1,2 bilhões, valores arrecadados também pelos Advogados da União R\$ 183,5 milhões. Trabalho desenvolvido pelos Procuradores Federais que defendem as Autarquias e Fundações, Administração Indireta, R\$ 20,7 bilhões em valores economizados, R\$ 2,1 bilhões em valores arrecadados. Trabalho desenvolvido pelos Procuradores da Fazenda Nacional, que se dedicadamente exclusivamente a atuação arrecadatória, do Estado e, portanto, se reverte na efetivação de políticas públicas, valores trabalhados

pelos procuradores da Fazenda Nacional R\$ 14,5 bilhões. Resultado do trabalho desenvolvido pelos Procuradores do Banco Central, valores economizados R\$ 23,4 bilhões, valores arrecadados, R\$ 3,3 bilhões. Total de todo esse esforço e é importante porque estou exatamente na Casa representativa do povo e o povo precisa saber que o trabalho desenvolvido pela Advocacia-Geral da União, só no ano de 2016, gerou algo em torno de R\$ 65,3 bilhões.

Não se trata de imposição de paz, se trata de uma constatação. Qual a forma de servirmos melhor a sociedade? Trabalharmos integrados ou trabalharmos em dissenso interno? Qual a melhor forma de aprimormos esses resultados? Trabalharmos numa atuação de juízo ordenada, organizada ou trabalharmos em divisão interna? Por isso, eu quero fazer o registro de que quando assumi esse cargo, a primeira providência foi justamente de construir um consenso interno e chamei para a mesa de diálogo todos os representantes e integrantes das nossas categorias associativas, todas essas carreiras de membros da Advocacia-Geral da União e construímos um consenso que foi apresentado ao Presidente da República, que, por sua vez, encaminhou a esta Casa Legislativa o nosso Projeto, tão citado no dia de hoje.

Eu gostaria de fazer o seguinte registro como Advogada da União, comprometida não somente pela fala ou pelo discurso, mas pelos resultados que já pude ter a grata satisfação e a honra de entregar ao Estado brasileiro através dessa Instituição em tantas e tantas atuações perante a Suprema Corte deste País porque ao longo desses 16 anos tudo que fiz foi me debruçar sob processos que discutiam políticas públicas perante o Supremo Tribunal Federal e trazer os resultados que a sociedade tanto esperava, tudo que fiz foi justamente construir esse consenso e submeter ao Presidente da República.

Eu, como membro da Advocacia-Geral da União, jamais apresentaria ao Presidente da República um projeto inconstitucional, uma proposta que fosse prejudicial à Advocacia-Geral da União, minha casa que eu integro e procuro honrar ao longo dos anos de dedicação e mais, o Presidente da República como constitucionalista que é, jamais encaminharia a esta Casa Legislativa um projeto inconstitucional.

Jamais, mas não obstante estou na casa certa e peço licença para dizer da minha satisfação de estar aqui ocupando essa tribuna. Aqui é a casa do povo é a minha casa também, e, portanto sinto-me com toda tranquilidade para afirmar a Vossa Excelência que o Requerimento de Urgência apresentado não se destina de forma alguma a desrespeitar ou atropelar o debate nesta Casa Legislativa, o requerimento de urgência não se destina de forma alguma a inviabilizar as discussões no âmbito das respectivas comissões desta Casa Legislativa, o requerimento de urgência se destina a prestarmos uma resposta rápida a essa sociedade que tanto anseia por uma Advocacia-Geral da União mais forte e uma Advocacia-Geral da União se faz por nossa integração, sim. Não se trata de imposição, mas de constatação. Se queremos ser fortes e entregar para a sociedade o que ela espera de nós, precisamos trabalhar de uma maneira mais integrada. Quero então me colocar à inteira disposição desta Casa Legislativa para os

esclarecimentos que se fizerem necessários. O nosso interesse aqui, o que nos move é sempre o interesse público. Jamais o interesse de prestigiar quem quer que seja a não ser o povo brasileiro. O nosso papel é esse e é inerente a nossa atividade, inerente a nossa atuação e não há como nos desconectarmos dessa realidade que já vivemos hoje. O Projeto simplesmente integra nossas carreiras, trazendo para o corpo da nossa Lei Orgânica algo que já é realidade entre nós. Fico à inteira disposição não somente de Vossa Excelência como dos pares, dos demais parlamentares desta Casa Legislativa para todos os esclarecimentos necessários para que esse projeto seja viabilizado. Contamos sim com o apoio de Vossas Excelências na aprovação desse projeto fundamental para que o Estado brasileiro possa ter a tranquilidade de falar não somente internamente, mas diante da comunidade internacional que contamos sim com Advocacia-Geral de Estado, uma Advocacia forte que contém no seu corpo quatro carreiras: Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central e Procuradores da Fazenda Nacional. Agradeço imensamente pela oportunidade da palavra, a gentileza do convite. Coloco a nossa Casa inteira à disposição.

Destaco que aqui nessa Casa tramita não somente este Projeto tão mencionado pelos membros, mas também um projeto que trata dos nossos servidores, sem os quais hoje não estaríamos aqui, que é o PL 6788, que procura implementar um plano de carreira na nossa Casa, da nossa Advocacia-Geral da União. É interessante observarmos que desde 1988 a nossa Instituição se concretizou no Estado de Direito e até hoje não temos um plano de carreira para os nossos servidores, quando tantos entes e agências já dispõem de um corpo de servidores devidamente organizados e a nossa Instituição ainda não. Esse plano de carreira está aqui também sob apreciação desta Casa Legislativa fundamental para que a nossa AGU seja plenamente forte.

Agradeço imensamente pela oportunidade, parablenizo os colegas Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores do Banco Central e Procuradores Federais, sinto-me honrada de estar hoje como integrante da carreira de Advogado da União à frente da nossa Instituição e saibam senhores que quando nós entramos numa briga, a gente entra realmente para vencer e conto com todos vocês para que as nossas vitórias sejam obtidas com a máxima agilidade e rapidez porque o Estado brasileiro não pode esperar, a sociedade não pode esperar, o povo brasileiro não pode esperar. Muito obrigada pela atenção.